

SOCIOLOGIA ALÉM DO CANÔNE: A inclusão de autores além dos clássicos nas aulas de sociologia no ensino médio

Maria Eduarda Freitas Silva (UFC), freitasunilab@gmail.com

Marciana Silva de Oliveira (UFC), profsociomarci@gmail.com

Isadora Enéas Maia (UFC), isadora.emaia@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho visa promover uma discussão a respeito de uma ampliação do cânone sociológico no âmbito do ensino médio, problematizando a posição de centralidade que autores clássicos tradicionalmente ocupam nos currículos e livros didáticos da disciplina de Sociologia. Parte-se da compreensão de que o cânone não se constrói de maneira neutra, mas resulta de disputas históricas e epistemológicas que privilegiaram determinadas perspectivas, em especial eurocêntricas, masculinas e ocidentais, limitando a diversidade teórica no processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, a proposta se desenvolve a partir de uma revisão narrativa da literatura, com foco nas contribuições de intelectuais como Marianne Weber, Jane Addams e Manuel Gamio, destacando suas trajetórias, produções e teorias para a compreensão das relações de gênero, das práticas sociais e da diversidade cultural. Evidencia-se que esses autores oferecem instrumentos analíticos relevantes para o ensino de Sociologia na educação básica, contribuindo para com uma abordagem crítica de temas como desigualdades sociais, etnocentrismo, questões de gênero, cultura, poder e cidadania, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular Referencial do Ceará. Além da discussão teórica, apresenta-se possibilidades de práticas pedagógicas voltadas ao ensino médio, articulando os conceitos desses autores a estratégias didático-pedagógicas que promovem uma aproximação entre a teoria sociológica e a realidade social dos estudantes. Desse modo, a inclusão desses autores no contexto curricular de sociologia não implica a substituição dos clássicos, mas na ampliação das discussões com outras perspectivas historicamente marginalizadas. Esta iniciativa contribui para a construção de um ensino de Sociologia mais plural para a formação crítica dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Cânone sociológico. Diversidade. Ampliação. Práticas Pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar autores da sociologia, que apesar de serem responsáveis por grandes contribuições em seus campos de pesquisa, não costumam estar presentes nos livros didáticos da sociologia ou das ciências humanas de modo geral no ensino médio, e por consequência disso, também estão fora da sala de aula e do processo de propagação dos conhecimentos sociológicos nessa etapa escolar.

Nessa perspectiva, utilizaremos como base as obras *Além do Cânone: Para Ampliar e Diversificar as Ciências Sociais* de Celso Castro e *Clássicas do pensamento social: Mulheres e feminismos no século XIX* de Verônica Toste Daflon e Bila Sorj. Essas produções apresentam novas perspectivas para a compreensão da realidade social, questionando padrões de gênero e raça que também se fazem presentes na construção do que é considerado “clássico” dentro das ciências sociais. É uma busca por tornar essa área mais diversa, renovada e abrangente.

A proposta aqui desenvolvida se aterá a apresentação de três autores: Marianne Weber (1870 - 1954), Janne Addams (1860 – 1935) e Manuel Gamio (1883 – 1960) discutindo suas trajetórias e contribuições para as ciências sociais, bem como as possibilidades de inclusão de suas teorias dentro dos conteúdos previstos pela BNCC (2018) e o Documento Curricular Referencial do Ceará (2021) para o ensino de sociologia no ensino médio.

Para isso, foi realizada uma revisão narrativa que “permite uma ampla descrição sobre o assunto, mas não esgota todas as fontes de informação, visto que sua realização não é feita por busca e análise sistemática dos dados.” (Cavalcante; Oliveira, 2016, p. 85) afim de realizar um resgate das teorias e abordagens de cada autor e suas contribuições para as ciências sociais, principalmente a partir da literatura disponível sobre ambos em língua portuguesa, como forma de valorizar essas traduções e produções.

2 O CÂNONE - COMO SE ESTRUTURA O ENSINO DE SOCIOLOGIA

O ensino de Sociologia, tanto no âmbito universitário quanto na educação básica, organiza-se historicamente a partir de um conjunto de autores, conceitos e obras reconhecidos como fundamentais para a consolidação da disciplina. Esse conjunto é comumente denominado “cânone sociológico”, entendido como um repertório legitimado de saberes que orientam a formação teórica, metodológica e pedagógica da Sociologia. A constituição desse cânone não é neutra, mas resultado de disputas intelectuais, institucionais e políticas que definem quais perspectivas são consideradas centrais e quais permanecem marginalizadas.

Tradicionalmente, o cânone da Sociologia é estruturado em torno dos chamados clássicos da disciplina: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Esses autores são apresentados como fundadores por terem sistematizado métodos, categorias analíticas e problemáticas centrais para a compreensão da sociedade moderna. No ensino de Sociologia,

especialmente nos currículos do ensino médio e superior, seus conceitos, como fato social, luta de classes, racionalização, dominação e ação social, funcionam como eixos estruturantes para a análise dos fenômenos sociais.

A centralidade dos clássicos no ensino de Sociologia cumpre uma função pedagógica relevante: fornece aos estudantes ferramentas conceituais para compreender processos estruturais, como desigualdade, poder, trabalho, cultura e Estado. No entanto, a ênfase quase exclusiva nesse cânone tradicional tem sido objeto de críticas, sobretudo por limitar a pluralidade epistemológica e por reproduzir uma visão eurocêntrica, masculina e ocidental da produção do conhecimento sociológico.

Nesse sentido, debates contemporâneos sobre o ensino de Sociologia têm problematizado a noção de cânone, defendendo sua ampliação e revisão crítica (Castro, 2022). Autores e autoras vinculados às sociologias feministas, pós-coloniais, negras e latino-americanas apontam que a formação sociológica deve incorporar outras matrizes teóricas e experiências históricas, de modo a dialogar com as realidades sociais concretas dos estudantes (Daflon; Sorj, 2021).

A estruturação do ensino de Sociologia, portanto, não se limita à transmissão do cânone, mas envolve a mediação didática entre teoria sociológica e realidade social. Documentos curriculares, como a BNCC (2018), reforçam a necessidade de um ensino que promova o pensamento crítico, a desnaturalização das relações sociais e a formação cidadã. Assim, o cânone deve ser mobilizado como instrumento analítico, e não como um conjunto rígido e incontestável de verdades.

Em síntese, o cânone no ensino de Sociologia desempenha um papel estruturante ao organizar conteúdos, conceitos e abordagens fundamentais da disciplina. Contudo, seu uso pedagógico exige uma postura crítica, capaz de reconhecer seus limites e potencialidades. A ampliação dos clássicos e sua articulação com diferentes perspectivas teóricas e contextos sociais constituem um desafio central para a construção de um ensino de Sociologia mais plural, democrático e socialmente comprometido.

2. 1 PARA ALÉM DO CÂNONE - PERSPECTIVAS DE MARIANNE WEBER, JANNE ADDAMS E MANUEL GAMIO.

2.1.1 Marianne Weber

A ativista e intelectual alemã Marianne Weber destacou-se como uma das principais pensadoras na defesa dos direitos das mulheres no início do século XX. Sua produção intelectual concentrou-se na crítica à posição social feminina, especialmente no que se refere às relações matrimoniais e à organização da família na sociedade moderna (França; Vaiano, 2022). Ao analisar o casamento, Weber rompe com a visão idealizada que o reduz a uma relação meramente afetiva ou privada, evidenciando seu caráter profundamente social, moral e econômico. Para a autora, o matrimônio configura-se como um laço de poder que ultrapassa a esfera da intimidade, estruturando desigualdades de gênero historicamente consolidadas.

Esposa de Max Weber, Marianne Weber teve papel central na difusão e consolidação da obra do sociólogo, sendo responsável pela organização e publicação de textos póstumos do autor. Contudo, sua relevância intelectual não se limita a essa relação conjugal, uma vez que construiu uma trajetória própria como teórica e ativista feminista. Em seus escritos, denunciou aquilo que denominou como a “prisão ao natural” imposta às mulheres, isto é, a naturalização social de papéis femininos restritos ao espaço doméstico e ao cuidado da família (França; Vaiano, 2022). Essa naturalização operava como um mecanismo de legitimação da exclusão das mulheres da vida política, acadêmica e profissional.

Um dos eixos centrais de sua crítica recai sobre o casamento enquanto instituição moral e econômica. Marianne Weber argumenta que o matrimônio, longe de ser apenas um contrato entre indivíduos iguais, é moldado por normas jurídicas, culturais e religiosas que atribuem ao homem o papel de provedor e à mulher a condição de dependente (Santos, 2024b). Tal assimetria produz não apenas desigualdade econômica, mas também desigualdade moral, uma vez que a dependência financeira limita a autonomia e a liberdade feminina, submetendo sua existência à vontade do marido, onde, “normalmente a mulher, por suas funções de gênero no casamento, está muito mais presa a essas funções que o homem, tanto física quanto financeiramente” (Weber, 2022, p. 90)

Nesse sentido, a autora evidencia que a dependência econômica constitui uma forma de subordinação estrutural. Quando o sustento material é controlado exclusivamente por um dos cônjuges, instaura-se uma relação de poder que transcende o âmbito econômico e invade a

esfera da liberdade pessoal e da dignidade humana (Santos, 2024a). Como resposta a essa desigualdade, Marianne Weber defendeu a remuneração do trabalho reprodutivo e doméstico, bem como o direito das mulheres a um percentual do salário dos maridos destinado exclusivamente às suas próprias necessidades, especialmente nos casos em que estivessem impossibilitadas de exercer trabalho remunerado em razão do cuidado com os filhos.

Outro aspecto fundamental de sua análise refere-se ao papel da religião na consolidação da desigualdade de gênero. As religiões históricas, segundo a autora, não apenas prescreveram a obediência feminina, mas conferiram a essa subordinação um caráter sagrado, apresentando o domínio masculino como expressão da vontade divina e não como uma construção social e histórica (Santos, 2024a). Tal sacralização contribuiu para a naturalização das hierarquias de gênero e dificultou sua contestação.

Além disso, Marianne Weber problematiza a aparente neutralidade das leis. Mesmo quando formuladas sob o discurso da igualdade, as legislações frequentemente refletem uma moralidade construída a partir da perspectiva masculina, servindo aos interesses do grupo dominante e perpetuando desigualdades estruturais (Santos, 2024a). Dessa forma, a justiça formal não garante, necessariamente, justiça social.

Por fim, a autora defende o reconhecimento da mulher como sujeito histórico e ético, dotado de autonomia moral e econômica. Para Marianne Weber, a verdadeira justiça no matrimônio e na sociedade só será possível quando homens e mulheres forem tratados como iguais em dignidade, liberdade e direitos, rompendo com a lógica de tutela e dependência que historicamente marcou as relações de gênero.

2.1.2 Janne Addams

Janne Addams foi uma importante intelectual, reformadora social e referência central para a constituição do pensamento social norte-americano no início do século XX. Reconhecida como uma das fundadoras do trabalho social moderno, a autora desenvolveu uma produção intelectual profundamente ligada à prática, rompendo com a separação rígida entre teoria e ação social. Sua trajetória esteve marcada pelo compromisso com a democracia, a justiça social e a melhoria das condições de vida das populações urbanas marginalizadas, especialmente imigrantes, mulheres e trabalhadores.

Um dos emblemáticos feitos de Addams foi a criação da *Hull House*, em Chicago, no ano de 1889. Trata-se de uma instituição que não funcionava apenas com um viés assistencial, mas como um espaço de convivência, pesquisa e intervenção social essencial para a sua trajetória e para a de outros intelectuais que buscavam compreender os problemas sociais a partir da experiência concreta dos sujeitos. Nesse contexto, a autora elaborou uma abordagem sociológica baseada na observação direta, na escuta e na participação comunitária.

Para Addams, os problemas sociais não poderiam ser explicados apenas por fatores individuais ou morais, mas deveriam ser compreendidos como resultado de estruturas sociais desiguais, produzidas pelo capitalismo industrial, pela urbanização acelerada e pela exclusão política. Em obras como *Democracy and Social Ethics* (1902), a autora defende que a democracia não deve se restringir às instituições formais, mas precisa ser vivida no cotidiano, a partir da participação ativa dos indivíduos na vida social e política.

Assim, a reflexão de Jane Addams sobre democracia é descrita como um processo relacional, construído a partir das experiências sociais concretas. Conforme destaca Mello (2024), Addams observa o mundo social como um organismo, no qual os indivíduos são partes interdependentes de um todo, de modo que aquilo que afeta um sujeito reverbera na coletividade. Essa compreensão foi profundamente influenciada por sua vivência na *Hull House*, espaço no qual as relações entre classes sociais eram marcadas pela reciprocidade, e não por uma lógica assistencialista verticalizada.

Outro aspecto central do pensamento de Addams é a defesa da diversidade como condição para o fortalecimento da democracia. A autora destaca que a pluralidade de experiências de classe, gênero, origem e cultura promove uma ampliação das possibilidades de compreensão da realidade social e favorece a emergência de soluções coletivas mais justas (Mello, 2024). Nesse sentido, a democracia só se realiza plenamente quando diferentes sujeitos participam ativamente de sua construção, compartilhando responsabilidades e benefícios.

No contexto do ensino de Sociologia, as contribuições de Jane Addams permitem trabalhar temas como democracia, cidadania, desigualdades sociais, participação política e ética social, articulando teoria sociológica e realidade vivida pelos estudantes. A inserção de sua obra no currículo contribui para a ampliação do cânone sociológico, conforme defendido por Castro

(2022), fortalecendo um ensino mais plural, crítico e comprometido com a formação crítica dentro do currículo de sociologia.

2.1.3 Manuel Gamio

Manuel Gamio Martínez nasceu na cidade do México, no ano de 1883 e teve uma formação acadêmica ampla, sendo reconhecido como um importante antropólogo, arqueólogo e sociólogo mexicano. Foi considerado o fundador da antropologia no México e é referência nos estudos sobre as culturas indígenas, embora seu interesse em estudar os indígenas não tenha se dado de forma planejada, mas a partir do convívio direto com esses povos após uma temporada vivendo na fazenda da família. Este contato, o permitiu a aproximação com a cultura indígena e o aprendizado da língua nativa. De volta à cidade do México para estudar arqueologia, é indicado para uma bolsa de estudos na Universidade de Columbia, em Nova York, sob a orientação de Franz Boas, onde se formou em Antropologia.

O contato inicial de Gamio com os povos indígenas, aliado à sua formação acadêmica adquirida nos Estados Unidos, foi crucial para que inaugurasse no México um novo modo de fazer antropologia, voltado, sobretudo, a reconhecer a existência e particularidades da cultura indígena e a entender o conceito de raça sob outra perspectiva, a qual busca integrar cada cultura e indivíduos como parte da sociedade, para além dos estudos evolucionistas e hierarquizantes predominantes até então.

A obra *Forjando Pátria*, publicada em 1916, constitui um marco fundamental para compreender as contribuições de Gamio. Escrita no contexto da Revolução Mexicana, a obra reúne ensaios nos quais o autor defende a necessidade de integrar o patrimônio cultural indígena à construção da identidade nacional, rompendo com a lógica de exclusão que historicamente levou esses povos à marginalidade social e simbólica. Para Gamio, a consolidação de uma nação democrática exigia o reconhecimento da diversidade étnica e cultural como elemento constitutivo da sociedade mexicana, e não como obstáculo ao progresso.

Dessa forma, não se tratava apenas de reconhecer a existência dos povos indígenas, seria necessário romper com a reprodução exótica e preconceituosa que se fazia destas culturas, tratava-se de reconhecê-los como parte da nação mexicana, com suas particularidades, mas constituinte daquilo que constitui uma nação.

O que Gamio proponha, portanto, era romper com a visão etnocêntrica acerca dos indígenas, revelando a influência central de Franz Boas, especialmente no que se refere à crítica ao conceito de raça e à defesa do relativismo cultural. Inspirado pelas reflexões boasianas, Gamio problematiza o uso do termo “raça” como categoria científica aplicada aos seres humanos, demonstrando como esse conceito foi mobilizado para justificar hierarquias sociais e naturalizar desigualdades. Ao deslocar a explicação das diferenças humanas do campo biológico para o campo histórico e cultural, Gamio evidencia que o preconceito contra os povos indígenas não se funda em inferioridades naturais, mas em construções sociais legitimadas pela ciência, pelo Estado e pelas instituições educacionais.

Gamio usa o relativismo cultural, herdado de Boas, para fazer uma leitura da sociedade mexicana e das políticas de inclusão indigenistas que se tentavam colocar em prática. O que se buscava era que estes grupos tivessem contato com culturas eurocêtricas, como forma de superar o atraso e garantir sua inclusão na sociedade. Contudo, Gamio explica que nenhuma cultura pode ser compreendida ou avaliada a partir de parâmetros externos, uma vez que cada sociedade desenvolve formas próprias de organização social, valores, práticas e sistemas simbólicos. Julgar culturas indígenas a partir de padrões eurocêtricos de civilização significa negar sua historicidade e sua racionalidade próprias, além de reforçar processos de dominação e exclusão. Nesse sentido, o autor propõe uma ruptura epistemológica com as abordagens que viam os povos indígenas como resquícios de um passado a ser superado.

Essa perspectiva se reflete diretamente no método antropológico defendido por Gamio. Ao afirmar que todos os grupos humanos possuem iguais aptidões intelectuais quando inseridos em condições semelhantes de educação e meio, o autor rejeita explicações deterministas e propõe uma abordagem baseada na compreensão profunda das culturas indígenas a partir de sua lógica interna. A etnografia, entendida como convivência prolongada, observação sistemática e escuta atenta, torna-se o instrumento privilegiado para acessar aquilo que Gamio denomina “alma indígena” e desse modo compreender os sentidos, valores e práticas que estruturam a vida social desses grupos.

Para Gamio, integrar não significa apagar, mas reconhecer e dialogar. A imposição de uma cultura dominante, ainda que justificada em nome do progresso ou da civilização, produz violência simbólica e aprofunda desigualdades. O autor sustenta que a construção de sociedades

mais justas depende do reconhecimento da pluralidade cultural e da elaboração de políticas públicas que respeitem as especificidades históricas, linguísticas e sociais dos povos indígenas.

3 PARA ALÉM DO CÂNONE - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Para o trabalho em sala de aula, o professor precisa alinhar o que está no currículo previsto para cada série/ano do ensino médio com suas propostas pedagógicas, utilizando recursos diversos para que os alunos consigam absorver teoria ligada a suas práticas e vivências cotidianas, pois a BNCC (2018, p.561) “propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas.” Desse modo, sugerimos algumas possíveis propostas, pensando na perspectiva de cada autor aqui apresentado.

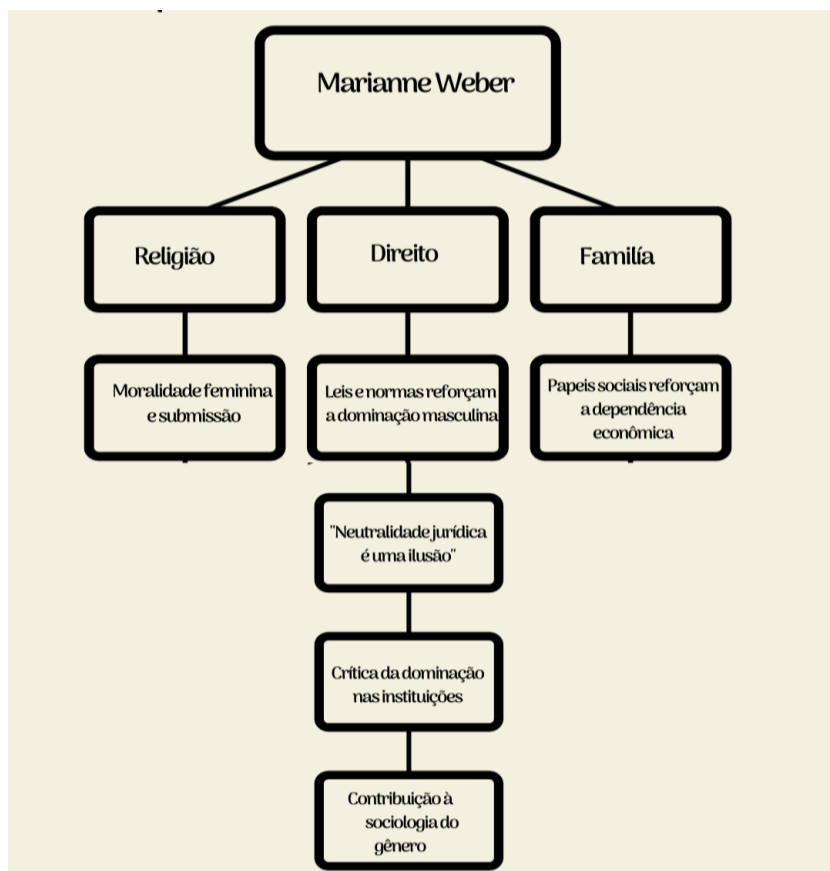
3.1 Marianne Weber

Para a inclusão da teoria de Marianne Weber no currículo pedagógico, é possível pensar a partir do que sugere o DCRC (2021) em sua competência específica 5, habilidade 2 para as ciências humanas:

(EM13CHSA502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais (Ceará, 2021, p.318).

Dessa forma, é possível trabalhar com um esquema conceitual (Figura 1) apresentando uma síntese dos principais eixos analíticos da obra de Marianne Weber. Partindo do centro do mapa, o diagrama organiza suas reflexões em torno de três esferas fundamentais da vida social: religião, direito e família, compreendidas como instituições centrais na reprodução das desigualdades de gênero:

Figura 2 – Esquema conceitual - Marianne Weber



Fonte: Elaboração própria

A articulação entre religião, direito e família permite compreender como essas instituições atuam de forma integrada na manutenção das desigualdades de gênero. A partir dessa análise, Marianne Weber oferece uma contribuição central à sociologia do gênero, ao evidenciar que a subordinação feminina não decorre de fatores biológicos, mas de construções sociais, históricas e institucionais.

Em sala de aula, o mapa conceitual pode ser utilizado como um recurso didático visual que auxilia os estudantes a compreenderem conceitos abstratos de maneira articulada. No ensino médio, por exemplo, o esquema pode ser explorado em aulas sobre gênero, feminismo, instituições sociais ou poder, permitindo que os alunos identifiquem como diferentes esferas da sociedade influenciam as relações entre homens e mulheres.

Uma possibilidade pedagógica consiste em propor a leitura coletiva do mapa, seguida de debates orientados por questões como: de que maneira essas instituições ainda influenciam a vida das mulheres hoje? ou é possível identificar avanços e permanências em relação às

críticas feitas por Marianne Weber?. Além disso, o esquema pode servir como base para atividades comparativas (Figura 2), relacionando o pensamento de Marianne Weber a outros autores clássicos e contemporâneos da Sociologia, como Max Weber, Émile Durkheim e Karl Marx:

Figura 2 – Quadro comparativo - Marianne Weber e Teóricos Clássicos da Sociologia

Autor(a)	Tema central	Concepção da mulher	Instituições analisadas	Contribuição para a sociologia do gênero
Marianne Weber	Gênero, direito, religião, dominação	Mulher como sujeito oprimido pelas instituições	Família, religião, sistema jurídico	Primeira teórica a analisar criticamente o casamento e a religião sob perspectiva de gênero
Max Weber	Ação social, dominação legítima, racionalização	Papel tradicional da mulher na ética protestante	Religião, economia, política	Não foca diretamente no gênero; análise é indireta
Émile Durkheim	Solidariedade social, função das instituições	Mulher vista como mais ligada à esfera afetiva e moral	Religião, direito, educação	Perspectiva funcionalista reforça papéis tradicionais
Karl Marx	Luta de classes, economia, exploração	Mulher oprimida dentro das relações de produção	Família (como unidade de reprodução social)	Base para feminismos marxistas, mas sem foco em gênero

Fonte: Elaboração própria

Dessa forma, o uso do mapa conceitual contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, favorece a compreensão das relações de poder na sociedade e aproxima os estudantes de uma perspectiva sociológica comprometida com a análise das desigualdades e com a reflexão sobre cidadania e direitos.

3.1.2 Janne Addams

Como recurso didático relacionado à intelectual Jane Addams, propõe-se a utilização de estudos de caso inspirados na experiência da *Hull House*, concebida pela autora como um espaço de convivência, escuta e intervenção social. Essa proposta adequada ao contexto do

ensino de sociologia, alinha-se à competência específica 5 e habilidade 2 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio da BNCC:

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais. (BRASIL, 2018, p. 577).

Dessa maneira, promove-se uma autorreflexão sobre a vivência dos estudantes como ponto inicial do pensamento sociológico, de modo que ao ancorar a análise nas questões sociais presentes no espaço em que os alunos vivem, busca-se aproximar os conteúdos teóricos da realidade concreta, favorecendo o engajamento e o desenvolvimento do pensamento crítico.

A atividade pode ser desenvolvida a partir da organização da turma em grupos, cada um responsável por identificar um problema social presente em seu contexto territorial. As questões podem ser diversas como a ausência de espaços culturais, as desigualdades no acesso à educação, a violência ou a precarização do trabalho juvenil. Essa etapa inicial envolve a observação do cotidiano, o levantamento das percepções dos próprios estudantes e, se possível, o contato com os membros da comunidade no entorno para ampliar a discussão. Inspirada na metodologia adotada por Addams, essa fase valoriza a experiência e a escuta como elementos centrais do processo de aprendizagem sociológica.

Após a identificação do problema e do primeiro momento de escuta, os grupos são orientados a realizar uma análise sociológica que devem ser guiadas por questões previamente elaboradas pelo professor, que problematizam as causas sociais do fenômeno escolhido, bem como as suas relações com estruturas sociais e seus impactos sobre diferentes grupos. O objetivo desse momento de problematização é promover aos estudantes através da sua vivência, a compreensão de que os problemas sociais são produzidos por relações estruturais desiguais, conforme defendido por Addams em sua crítica às injustiças sociais.

Em um momento posterior, os grupos são convidados a refletir sobre possibilidades de ação coletiva relacionadas aos problemas que foram escolhidos e analisados. Essa etapa não se caracteriza apenas pelo desenvolvimento de soluções imediatas, mas visa estimular o debate sobre alternativas viáveis e dentro da realidade do contexto escolar ou comunitário, envolvendo

campanhas de conscientização, projetos de intervenção, ações educativas entre articulações que sejam propostas pelos próprios estudantes. Tal etapa concretiza a concepção de democracia defendida por Addams, compreendida como prática cotidiana construída a partir do diálogo, da cooperação e da responsabilidade coletiva.

Por fim, a atividade é concluída com a socialização das análises e propostas elaboradas pelos grupos, promovendo o diálogo coletivo e a troca de perspectivas. Esse momento possibilita a avaliação formativa do processo, considerando não apenas os resultados, mas o engajamento dos estudantes, a capacidade de escuta e a argumentação sociológica ao longo da atividade. Ao estruturar o trabalho pedagógico nessas etapas, a proposta fundamentada em Jane Addams contribui para um ensino de sociologia que articula teoria e prática, fortalecendo a formação crítica dos estudantes e promovendo a compreensão do conceito de democracia como experiência vivida, alinhada às diretrizes curriculares e com uma perspectiva mais ampla do conhecimento sociológico.

3.1.2 Manuel Gamio

A proposta pedagógica aqui apresentada foi desenvolvida para estudantes do Ensino Médio, no âmbito da disciplina de Sociologia, com carga horária de três aulas de cinquenta minutos, articuladas a uma atividade de campo como culminância. No que se concerne a sua aplicação didático-pedagógica, esta proposta se vincula a competência específica 1, habilidade 2 da BNCC para Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos. (BRASIL, 2018, p. 572).

A sequência fundamenta-se na compreensão da cultura como construção social histórica e plural, buscando problematizar atitudes etnocêntricas e promover o respeito à diversidade étnico-cultural brasileira.

Do ponto de vista teórico, a proposta dialoga com o relativismo cultural, ao compreender que nenhuma cultura pode ser hierarquizada a partir de critérios externos e a Manuel Gamio, cuja reflexão associa cultura, identidade e pertencimento nacional a partir do reconhecimento dos povos originários e tradicionais.

A sequência foi estruturada da seguinte forma: Na primeira aula, o foco recaiu sobre o conceito de etnocentrismo, partindo de situações do cotidiano dos estudantes e de representações sociais recorrentes. O objetivo desta aula é desnaturalizar aquilo que os estudantes sabem e conhecem sobre cultura, a exposição dialogada permite problematizar e capturar diferentes concepções dos alunos acerca do tema. Desta forma, neste primeiro momento o professor deve introduzir conceitos teóricos, problematizar o olhar para o outro a partir daquilo que conhece como padrão e desnaturalizar esse olhar a partir de atividade de análise de charges e situações cotidianas.

Na segunda aula, a discussão deve ser orientada para a compreensão do relativismo cultural como ferramenta analítica. A aula deverá ser conduzida por meio de leitura guiada de um trecho adaptado da obra *Forjando Pátria* de Manuel Gamio, a fim de mostrar para os alunos a importância de reconhecer as particularidades, saberes e culturas de cada grupo de indivíduos, para então compreender a diversidade cultural, a qual constitui a sociedade.

Essa proposta pedagógica busca promover aquilo que Manuel Gamio articula em seus estudos: a compreensão de que a construção de uma sociedade democrática e inclusiva passa, necessariamente, pelo reconhecimento e valorização das culturas que a constituem. Ao inserir os estudantes em um percurso formativo que articula teoria sociológica, reflexão crítica e vivência concreta, a sequência didática possibilita deslocar olhares etnocêntricos e fomentar uma postura de respeito, escuta e valorização da diversidade cultural.

Nesse sentido, o ensino de Sociologia demanda práticas didático-pedagógicas que favoreçam o contato, o convívio e o reconhecimento do outro em sua diferença, em diálogo com a perspectiva defendida por Gamio. Somente assim torna-se possível superar concepções racializadas e hierarquizantes que marcaram historicamente a formação do pensamento social brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo discutir uma proposta de ampliação do cânone sociológico no ensino médio, a partir da incorporação de perspectivas historicamente marginalizadas no campo de estudos das ciências sociais com ênfase nas contribuições de autores Marianne Weber, Jane Addams e Manuel Gamio. Ao problematizar a centralidade que autores clássicos foram tradicionalmente inseridos nos currículos escolares, buscou-se evidenciar que a construção do cânone resulta de disputas epistemológicas que impactam diretamente os processos de ensino e aprendizagem da sociologia na educação básica.

As propostas didático-pedagógicas apresentadas ao longo do artigo evidenciam que a ampliação do cânone sociológico não se restringe à inclusão de novos autores no currículo, mas implica a reorganização das práticas de ensino, de modo a articular teoria sociológica, experiência cotidiana e participação social. Assim, a análise das contribuições desses autores demonstrou que suas produções teóricas oferecem instrumentos analíticos potentes para uma compreensão ainda mais ampla dos contextos sociais.

Desse modo, conclui-se que a diversificação do cânone sociológico contribui para um ensino mais plural, democrático e socialmente situado, capaz de reconhecer diferentes experiências como fontes legítimas de conhecimento, através da valorização de novas perspectivas teóricas que se entrelaçam com a realidade dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ADDAMS, Jane. **Democracy and social ethics**. New York: Macmillan, 1902.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 dez. 2025.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CASTRO, Celso. **Além do Cânone: Para ampliar e diversificar as Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. 320 p.

CAVALCANTE, F. R.; OLIVEIRA, R. L. Métodos qualitativos e revisão narrativa: uma abordagem aplicada. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 8, n. 1, p. 1–12, 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 28 dez. 2025.

CEARÁ. **Documento Curricular Referencial do Ceará**: ensino médio. Fortaleza, 2021. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/01/dcrc_completo_v14_09_2021.pdf. Acesso em: 28 dez. 2025.

DAFLON, Verônica T.; SORJ, Bila (orgs.) **Clássicas do Pensamento Social**: mulheres e feminismos no século XIX. RJ: Rosa dos Tempos, 2021.

FRANÇA, Bernardo; VAIANO, Maria Clara. **A socióloga feminista que participou da resistência contra Hitler**. 2022. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2022/03/sociologa-feminista-que-participou-da-resistencia-contr-hitler.html>. Acesso em: 17 dez. 2025.

GAMIO, Manuel. **Forjando pátria** (pro nacionalismo). México: Porrúa Hermanos, 1916.

MELLO, Maria. Feminismo pragmático e democracia de Addams: um olhar sobre cuidado, diversidade e ética social. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, p. 6587–6599, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.1-396.

SANTOS, Patrícia da Silva. **OUTROS GÊNEROS, OUTRAS MODERNIDADES**: contribuições de Marianne Weber para uma teoria social clássica generificada. Sociol. Antropol., Rio de Janeiro, v. 14, n. 01, p. 01-22, fev. 2024a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/cnCJs5VmMTkdMdkHqNmYVym/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2025.

SANTOS, Patrícia da Silva. **Um convite ao feminismo de Marianne Weber**. 2024b. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/um-conviteao-feminismo-de-marianneweber/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

WEBER, Marianne. Autoridade e autonomia no casamento. In: CASTRO, Celso (org.). **Além do cânone**: para ampliar e diversificar as ciências sociais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022, p. 82-95.